



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DE
SERVIÇOS

A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA



MARÇO DE 2020



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DE
SERVIÇOS

A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA



ANÁLISE PRODUZIDA POR:

DR. FERNANDO GARCIA DE FREITAS
DRA. ANA LELIA MAGNABOSCO
DRA. ANDREA CAMARA BANDEIRA

APRESENTAÇÃO

A crise de saúde pública gerada pelo coronavírus e o alastramento da doença pelo mundo desde o início de 2020 trouxe um cenário novo e crítico para todos. O ritmo acelerado de propagação da doença, seus impactos no setor de saúde observados nos países mais atingidos e as elevadas taxas de mortalidade acenderam um alerta no mundo: a saúde de todos pode ser afetada.

Mas além dos efeitos diretos de bem-estar ocasionados pela perda da saúde, a pandemia do coronavírus impôs mudanças radicais de comportamento. A severidade da crise obrigou governos a levantar barreiras e restrições ao trânsito de pessoas, na tentativa de reduzir o ritmo de contágio para um patamar compatível com a oferta de serviços de saúde disponível nesse momento.

De tão drásticas, as medidas sanitárias necessárias têm fortes efeitos depressivos sobre a atividade econômica, com consequências de magnitude ainda incertas. Preocupada com os efeitos nocivos dessa crise na economia mundial e brasileira, que pode tomar uma dimensão social preocupante, a Confederação Nacional dos Serviços apoiou o desenvolvimento de um primeiro estudo amplo dos impactos desse problema de saúde pública para a economia mundial e brasileira.

Os cenários traçados pelo estudo mostram uma situação grave que requer, nesse momento, atenção especial de todos. A evolução da pandemia ainda ocorre de forma acelerada e seus efeitos econômicos já são sensíveis. As reações dos governos ao redor do mundo para lidar com a crise de saúde pública e para mitigar seus efeitos econômicos ainda estão em movimento e requerem aprimoramentos.

José Luiz Fernandes
Presidente da CNS

Com essa iniciativa, a CNS pretende colaborar com a discussão do tema, trazendo informações técnicas que suportem ações concretas para conter uma crise de saúde pública que, por suas implicações econômicas e sociais, caminha para uma crise humanitária. Esperamos decisões firmes, coordenadas e imediatas dos governos para conter a propagação da doença, ao custo de não termos oferta de serviços de saúde suficientes para atender a população.

O momento requer, também, que as decisões coletivas prevaleçam sobre interesses particulares, orientando o país para um cenário de solidariedade. A desoneração da folha de pagamentos, uma proposta antiga da CNS para reduzir o custo da mão de obra, é uma medida que poderia incentivar o emprego e beneficiar o consumo. A CNS também propõe a adoção da prática de que o acordado em convenção coletiva prevaleça sobre o legislado é outra saída democrática para que patrões e empregados ajustem a situação de cada segmento do mercado de trabalho sem imposições lineares que podem desorganizar as relações do trabalho.

Além disso, a CNS ressalta a necessidade de pensar o presente e mirar o futuro com políticas que orientem uma rápida e segura reconstrução nacional. Para tanto, é imprescindível, hoje, reanimar os fóruns de interlocução com a sociedade para debater as ideias sobre as políticas que nos possibilitarão chegar seguros ao dia depois da pandemia.

Luigi Nese
Vice-presidente Executivo da CNS

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. RISCOS E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA	7
3. EFEITOS NA ECONOMIA MUNDIAL	15
4. EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA	21

INTRODUÇÃO

A propagação do vírus Covid-19 pelo mundo já faz sentir seus efeitos recessivos sobre a economia de vários países, com repercussão global e de prazo ainda indeterminado. Ao contrário de recessões clássicas que se originam em problemas financeiros ou políticos nacionais que interferem nos fundamentos da economia, com movimentos de queda de investimentos, seguidos de redução do consumo e retração do emprego e da renda, a recessão causada por uma situação de saúde pública como esta resulta diretamente de restrições sobre a produção de bens e serviços, com efeitos secundários em cadeia.

Seus mecanismos são semelhantes ao de crises geradas por racionamento de energia elétrica, como a que o Brasil viveu em 2001 e 2002. Na ocasião, houve um choque externo que reduziu a disponibilidade de energia, provocando uma redução de produção. Essa quebra de oferta levou a perdas de renda que obrigaram famílias e empresas a realizarem ajustes indesejados em sua demanda, o que reforçou a perda de dinamismo da economia.

Mas há outro paralelo entre o racionamento de energia e a crise do coronavírus que causa muita apreensão: quanto maior a demora na reação das

autoridades, maiores o tempo e a intensidade da paralisação econômica decorrente, com consequências crescentes em termos de vidas e de atividade econômica. No caso do racionamento de energia elétrica no Brasil foi assim. Os reservatórios de água fecharam o ano de 2000 em situação crítica que exigia um racionamento na ordem de 5% do consumo. A decisão de racionar tardou, na expectativa governamental de que as chuvas viessem em fevereiro e março de 2001, e o país acabou entrando em racionamento apenas em junho, com a imposição de redução da produção industrial de 25%! Os efeitos da falta de energia foram, por óbvio, muito mais intensos e se estenderam até o final de 2002.

Neste documento, é analisado o problema do coronavírus e seus efeitos de curto prazo sobre a economia mundial e, em particular, sobre a economia brasileira. A seção seguinte descreve o problema de saúde pública e as alternativas para os governos nacionais, regionais e locais. A terceira seção descreve os mecanismos de impactos diretos e indiretos na economia e analisa os efeitos que devem ser percebidos na economia mundial ao longo de 2020. A seção 4 reproduz essa análise para a economia brasileira, com detalhamento para diferentes setores de atividade.

2

RISCOS E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA

As epidemias agudas representam riscos elevados para a sociedade e para a economia porque (i) desorganizam as atividades rotineiras da população e (ii) elevam de forma intensa a demanda por serviços de saúde. Esses dois mecanismos podem ter impactos severos na economia a depender das características da epidemia, além de seus efeitos diretos sobre bem-estar com a perda da saúde.

A desorganização das atividades rotineiras ocorre com a contaminação e desenvolvimento das doenças – a principal e suas colaterais. Doentes, as pessoas se afastam de suas rotinas que envolvem basicamente quatro atividades: o trabalho, a educação, os afazeres domésticos e o lazer. O afastamento do trabalho implica perdas imediatas de produtividade para as empresas e de renda para os trabalhadores, principalmente autônomos. Além disso, a incidência de doenças desvia tempo das pessoas no mercado de trabalho para a atenção dos familiares adoentados, o que afeta principalmente a condição econômica da população feminina. O afastamento da educação tem efeitos de longo prazo sobre o desempenho escolar, com consequências permanentes sobre a qualificação da mão de obra. O afastamento das atividades domésticas e de lazer, por sua vez, provocam perdas de bem-estar e também podem ter efeitos secundários na economia ao reduzir a demanda por esses serviços.

O segundo risco das epidemias advém de seus efeitos sobre a demanda por serviços de saúde. A depender da velocidade de propagação, de sua gravidade e da taxa de reincidência, uma epidemia pode rapidamente estrangular o setor de saúde de uma comunidade. Na melhor das situações econômicas, a infraestrutura de saúde, seja ela pública ou privada, é dimensionada para operar com capacidade suficiente de atendimento dos problemas endêmicos e epidêmicos rotineiros. Por isso, grandes epidemias geram um excesso de demanda por essa infraestrutura que causa desabastecimento dos serviços de saúde. A carência atinge não apenas as pessoas afetadas pela epidemia, mas se estende a praticamente todas as situações de saúde que requerem atendimento ambulatorial ou internação, com efeitos potencialmente nocivos e descontrolados sobre o estado de saúde da população.

A proliferação do Covid-19 ocorrida desde o final de 2019 mostrou-se uma dessas situações de epidemia aguda com riscos elevados para a sociedade. Isso se deve a dois fatores: (a) a velocidade de propagação da contaminação e (b) a taxa de mortalidade entre as pessoas infectadas.

Velocidade de propagação

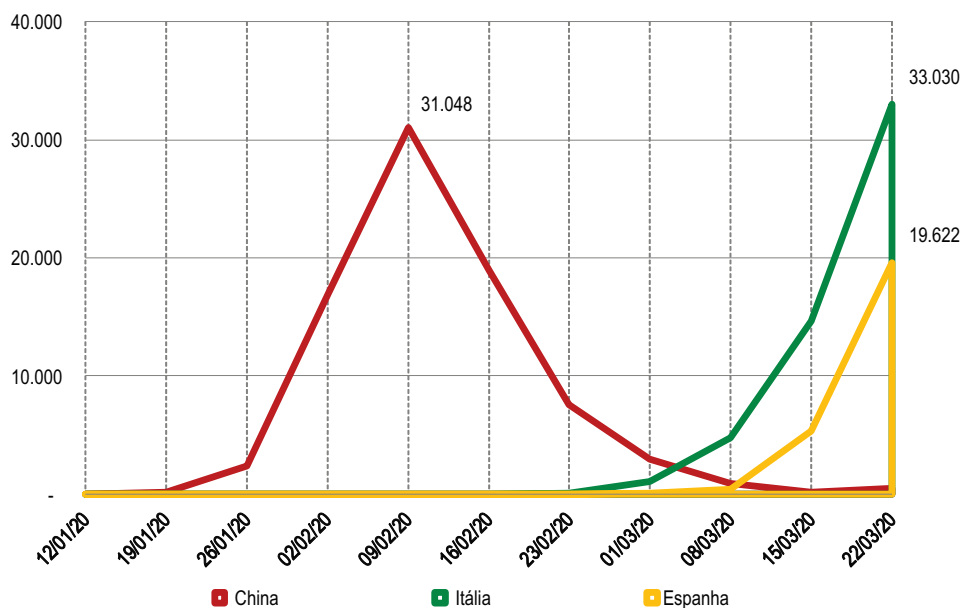
Os dados estatísticos registrados no início da epidemia na China já indicavam um problema potencialmente grave. Acredita-se que a contaminação pelo vírus tenha ocorrido ao final de novembro e sua disseminação tenha ocorrido de forma gradativa ao longo de dezembro. Os primeiros registros estatísticos regulares, com diagnóstico consolidado sobre o vírus e a doença que ele causa, foram iniciados em janeiro de 2020. O acompanhamento e publicação diários dos dados chineses e mundiais começaram em 21 de janeiro de 2020.

Nessa data, a China tinha 278 casos confirmados da doença com um ritmo bastante acentuado de crescimento. Entre os dias 21 e 23 o número de casos confirmados cresceu 145%, o que equivale a uma taxa média de 56,4% ao dia. Esse fato levou o governo central chinês e os governos locais a determinarem medidas drásticas que envolveram restrições à circulação de pessoas, interrupção de atividades produtivas e a ampliação emergencial da infraestrutura hospitalar. Em 23 de janeiro, a cidade de Wuhan, capital da província da China

Central, entrou em quarentena, seguida pelas cidades Huanggang e Ezhou na província de Hubei no dia seguinte. Tomando por hipótese que o início da infecção tenha ocorrido no dia 1º de dezembro, as restrições foram adotadas aproximadamente com quase 2 meses de atraso.

O Gráfico 1 traz a evolução semanal do número de novos casos entre domingo 12 de janeiro até o domingo dia 22 de março. Além da curva chinesa, o gráfico também apresenta os dados da Itália e Espanha, países com o maior número de casos registrados na Europa até o momento. Note-se que, no caso da China, o crescimento do número de novas pessoas infectadas foi contínuo até a primeira semana de fevereiro. Entre a segunda-feira dia 3 e o domingo dia 9 de fevereiro, foram diagnosticados mais de 31 mil novos casos na China. Outro aspecto importante é o fato de que demorou cerca de duas semanas para as restrições severas estabelecidas na China surtirem algum efeito sobre as novas infecções. Ainda assim, o ritmo de surgimento de novos casos comprovados continuou elevado (acima de 100 casos por dia) até 8 de março, ou seja, demorou 47 dias do início das restrições para que o número de novos casos voltasse ao patamar observado no momento das intervenções.

Gráfico 1.
Número de novos casos de infecção por Covid-19



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Nos casos da Itália e da Espanha, os inícios da epidemia foram posteriores – 22 e 27 de fevereiro, respectivamente – e as estatísticas ainda apresentam crescimento do número de pessoas infectadas. Na Itália, também foram adotadas restrições à mobilidade. Inicialmente, as restrições foram impostas apenas em algumas regiões do país, mas posteriormente as limitações foram ampliadas até abranger todo o país em 9 de março. A Espanha decretou emergência nacional em 14 de março e com isso impôs as restrições à mobilidade por 15 dias. Na última semana, como ilustra o gráfico, a Itália passou a China em número de novos casos por semana superando os 31 mil novos casos que haviam sido registrados em uma semana na China.

Esses dados revelam ser muito acentuado o ritmo de proliferação do vírus. Tomando por referência a evolução observada nas primeiras semanas da doença na China, se não houvesse restrições à mobilidade das pessoas, com limitação à transmissão natural da doença, estima-se que o número de novas pessoas infectadas ultrapassaria 43 mil por dia no 107º dia desde o início da epidemia. O Gráfico 2 ilustra essa projeção. Nessa data, o número total de casos poderia ter ultrapassado 900 mil somente na China.

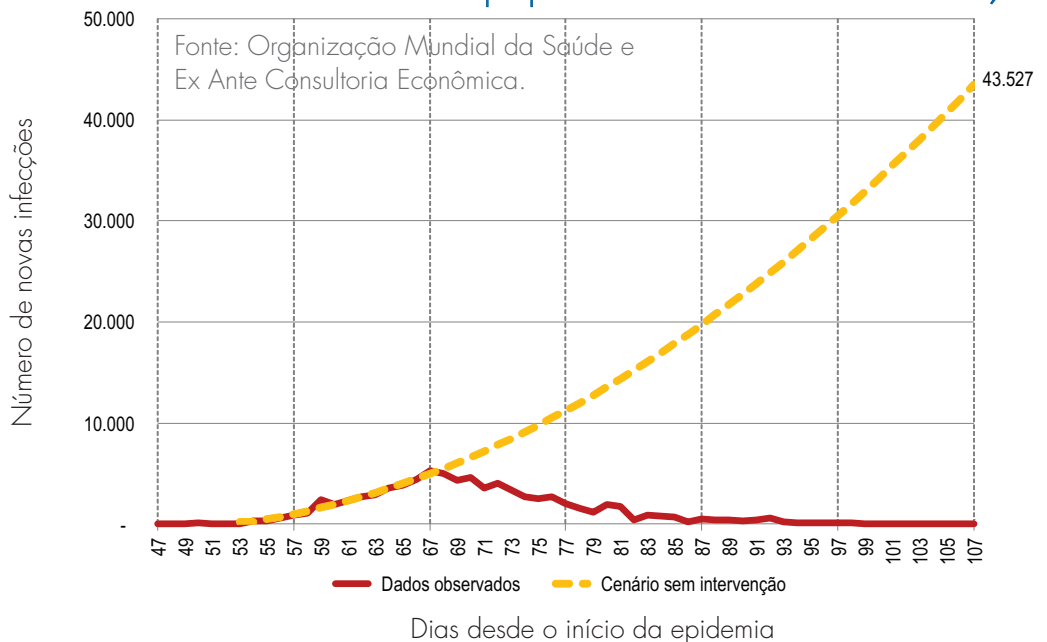
Essa diferença de trajetórias reforça a ideia do custo associado à demora em relação às decisões políticas para promoção do afastamento das pessoas. No caso da China, uma semana de atraso implicaria 23 mil casos, duas semanas implicaria 94 mil casos a mais, três semanas 215 mil casos a mais e quatro semanas de atraso implicaria 387 mil casos a mais. Por isso é fundamental e quase inevitável uma reação rápida e drástica de afastamento das pessoas para contenção da contaminação.

O Gráfico 3 traz as taxas médias de crescimento do número de novos casos na China, Itália, Espanha, Estados Unidos e Brasil nas duas primeiras semanas de evolução interna da doença (de contaminações ocorridas no país, mas em regiões diferentes da origem).

Gravidade da doença

A comparação da ocorrência de casos de Covid-19 com a de outra epidemia recente, a gripe suína (H1N1), mostra que o ritmo de contaminação por coronavírus tem sido, de fato, muito elevado e que o cenário sem controle seria crítico. Entre o vigésimo e o quinquagésimo dias das epidemias, a taxa de

Gráfico 2.
Número de novos casos de infecção por Covid-19, China,
Valores observado e projetado caso não houvesse intervenção



crescimento do número de pessoas infectadas rodou em torno de 20% ao dia nas duas epidemias. Aos 60 dias do início da proliferação, a gripe suína tinha cerca de 54 mil casos, ao passo que o Covid-19 já tinha mais de 85 mil casos confirmados, a grande maioria ainda na China (79.394). Sem restrições à mobilidade das pessoas, o número de contaminados pela gripe suína alcançou 340 mil, número superior ao do Covid-19, que nesses 20 dias já experimentava os efeitos das restrições. A gripe suína, que continuou sem restrições de mobilidade e foi enfrentada apenas com barreiras em aeroportos nos primeiros meses, já atingia 9,2 milhões de pessoas no mundo no final do sexto mês da epidemia segundo dados da Organização Mundial da Saúde. A Tabela 1 detalha essas informações.

A maior diferença entre as duas epidemias é o padrão de mortalidade, que é relativamente elevada no caso do coronavírus, o que constituiu um agravante ao problema. Aos 80 dias de epidemia, a mortalidade entre as pessoas infectadas por H1N1 estava estabilizada em torno de 0,5%. Nessa mesma fase, a mortalidade por Covid-19 era 10 vezes maior, com taxa de 5,0%. A conjun-

ção de uma taxa de mortalidade mais elevada com um ritmo de infecção semelhante ao da gripe suína explica a grande diferença entre o número de mortos aos 80 dias nas duas epidemias: 1.640 por H1N1 contra 12.638 mortos por Covid-19 (Tabela 1). O Gráfico 4 ilustra essa trajetória.

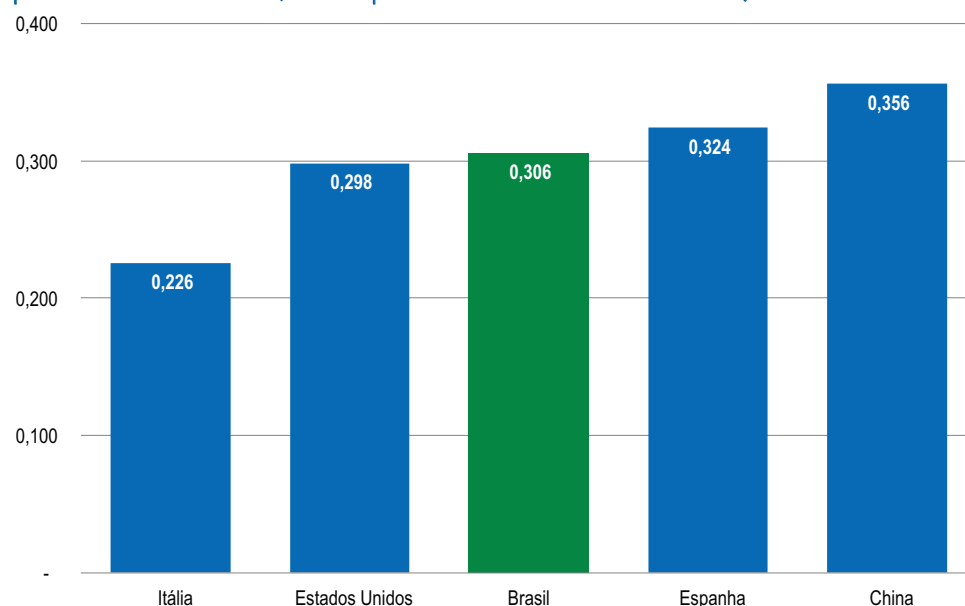
A situação do Brasil

A velocidade de propagação, a morbidade e a mortalidade pela síndrome respiratória consequente do coronavírus causam apreensão. Isso porque, no Brasil, as doenças respiratórias tradicionais (Influenza e pneumonias), que são vastamente estudadas pela medicina e com protocolos consolidados há anos, têm um padrão de mortalidade bastante distinto do observado recentemente no coronavírus. Alguns dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE, complementadas por informações do Ministério da Saúde, permitem verificar pontos importantes com relação a essa questão.

Segundo a PNS de 2013, pesquisa domiciliar que avaliou as condições de saúde da população brasileira, 79,962 milhões de brasileiros se

Gráfico 3.

Taxas médias de crescimento do número de novos casos de infecção por Covid-19, países selecionados, duas primeiras semanas de evolução interna



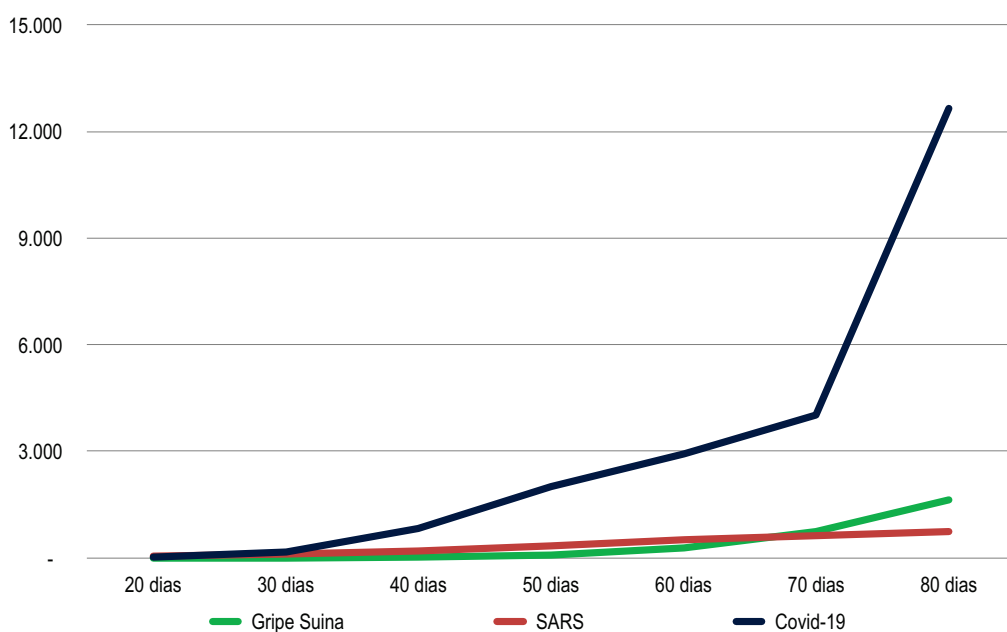
Fonte: Organização Mundial da Saúde e Ex Ante Consultoria Econômica.

Tabela 1.
Número total de casos de infecção por gripe suína, SARS e Covid-19, Mundo

	Gripe Suína (2009)			SARS (2003)			Covid-19 (2019)		
	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)
20 dias	56	-	0,0%	1.543	54	3,5%	282	6	2,1%
30 dias	86	4	4,7%	2.737	104	3,8%	7.818	170	2,2%
40 dias	319	5	1,6%	3.569	182	5,1%	37.558	813	2,2%
50 dias	12.400	63	0,5%	5.375	344	6,4%	75.204	2.009	2,7%
60 dias	53.900	271	0,5%	7.042	507	7,2%	85.403	2.924	3,4%
70 dias	151.470	747	0,5%	7.840	635	8,1%	113.702	4.012	3,5%
80 dias	340.000	1.640	0,5%	8.322	749	9,0%	251.925	12.638	5,0%
6 meses	9.229.728	44.600	0,5%	8.474	813	9,6%	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Gráfico 4.
Evolução do número de mortos por Covid-19, H1N1 e SARS, Mundo



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

afastaram de suas atividades rotineira em razão de problemas respiratórios, que incluem: resfriado, gripe, asma, bronquite e pneumonia. Isso significa dizer que 4 em cada 10 brasileiros sofreu de problemas dessa natureza e teve que se afastar do trabalho ou do estudo por pelo menos um dia naquele ano. Em média, essa população ficou 4,3 dias afastada de suas atividades, com prejuízos das atividades profissionais e da educação, principalmente. Do total de pessoas que se afastaram por doenças respiratórias, 43,033 milhões (53,8%) procuraram algum tipo de assistência de saúde que inclui consultas médicas, consultas ambulatoriais, internações e até auxílio em farmácias.

Segundo os dados do DATASUS, em 2013 houve 1,313 milhão de internações por doenças respiratórias na rede do SUS. Dessas, 722 mil referiam-se a casos de influenza (gripe) e pneumonias. Além das internações na rede hospitalar do SUS, estima-se que houve outras 700 mil internações por doenças respiratório, totalizando cerca de 2 milhões de casos naquele ano. Isso indica que aproximadamente 3 em cada 100 ocorrências de doenças respiratórias resultaram em internações hospitalares no Brasil. As estatísticas do Ministério da Saúde indicam um total de 137,8 mil óbitos por

doenças respiratórias. Isso implica que a cada 100 pessoas internadas com essas doenças em hospitais do Brasil, 7 incorreram em óbito. A taxa de mortalidade (mortes por acometidos pelas doenças) ficou em torno de 0,2%

Os dados mais recentes do DATASUS reforçam esses pontos. Em 2019, houve 1,184 milhão de internações na rede do Sistema único de Saúde (SUS) por problemas respiratórios (doenças do Capítulo 10 da lista de morbidades CID-X) em todo território nacional. Desse total, 654 mil internações (ou 55,2%) foram de pacientes internados com Influenza (gripe) ou pneumonias. Esse montante de internações correspondeu a 5,4% de todas as internações ocorridas na rede do SUS em 2019. Essas internações por Influenza e por pneumonias ocuparam 5,8 dias, em média, dos leitos hospitalares da rede do SUS e custaram ao governo federal R\$ 689,4 milhões.

A taxa de mortalidade associada a essas internações por Influenza e pneumonias é preocupante no Brasil. A falta de estrutura e de pessoal acabam possibilitando uma frequência maior de óbitos. Em 2019, 60,8 mil das 654 mil pessoas internadas no SUS por Influenza ou pneumonias faleceram após

Tabela 2.

Número de internações e número de óbitos por Influenza e pneumonias no Brasil, hospitais da rede do SUS, 2019

Faixa etária	Internações			Mortes			Mortes		
	Influenza	Pneumonia	Total	Influenza	Pneumonia	Total	Influenza	Pneumonia	Total
Menor 1 ano	1.908	76.719	78.627	10	639	649	0,5%	0,8%	0,8%
1 a 4 anos	3.355	116.545	119.900	4	383	387	0,1%	0,3%	0,3%
5 a 9 anos	1.239	31.927	33.166	5	144	149	0,4%	0,5%	0,4%
10 a 14 anos	670	11.969	12.639	1	149	150	0,1%	1,2%	1,2%
15 a 19 anos	697	9.502	10.199	6	251	257	0,9%	2,6%	2,5%
20 a 29 anos	1.173	19.852	21.025	7	715	722	0,6%	3,6%	3,4%
30 a 39 anos	1.168	24.065	25.233	21	1.221	1.242	1,8%	5,1%	4,9%
40 a 49 anos	1.142	30.646	31.788	43	2.241	2.284	3,8%	7,3%	7,2%
50 a 59 anos	1.482	45.216	46.698	66	4.630	4.696	4,5%	10,2%	10,1%
60 a 69 anos	1.633	66.793	68.426	101	8.713	8.814	6,2%	13,0%	12,9%
70 a 79 anos	1.769	86.456	88.225	129	14.012	14.141	7,3%	16,2%	16,0%
80 anos e mais	2.093	115.800	117.893	276	26.989	27.265	13,2%	23,3%	23,1%
Total	18.329	635.490	653.819	669	60.087	60.756	3,6%	9,5%	9,3%

Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde.

internações longas. Isso indica uma taxa de mortalidade de 9,3% das pessoas internadas. As 60,8 mil pessoas que faleceram desse problema representaram 11,6% do total de óbitos ocorridos na rede hospitalar do SUS nesse ano, uma proporção que é o dobro da verificação nas internações. Isso indica que os casos de Influenza e pneumonias foram relativamente graves no Brasil.

Como indicam os dados da Tabela 2, o risco de morte após internações é crescente com a idade, concentrando a maior parte das mortes na população com mais de 60 anos. Segundo os dados do SUS, 82,7% das pessoas que faleceram por influenza ou pneumonias no Brasil em 2019 tinham mais de 60 anos de idade.

Confrontando os padrões de internação e óbito por doenças respiratórias no Brasil com os dados da epidemia de coronavírus na Itália, surgem imediatamente dúvidas com relação à capacidade efetiva de o país ser capaz de lidar com a crise sem mudanças rápidas e contundentes, visto que o sistema de saúde brasileiro está concebido para um ambiente com demandas menores e menos graves. Disso decorre a urgência do afastamento das pessoas com restrições severas. O custo da demora na implantação de políticas adequadas pode levar o país a experimentar demandas de saúde inexecutáveis e taxas de mortalidade inéditas.

Figura 1.
Doenças respiratórias no Brasil e situação do coronavírus na Itália

	Brasil (2019) Influenza e pneumonias	Itália (2020) SARS Covid-19
 → 	3 em cada 100 ocorrências de doenças respiratórias requereram internação hospitalar	41 em cada 100 ocorrências de coronavírus requereram internação hospitalar (6 em UTI)
 → 	9 em cada 100 internações resultaram em morte	29 em cada 100 internações resultaram em morte

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil e Ministério da Saúde da Itália.

3

EFEITOS NA ECONOMIA MUNDIAL

A projeção de um número muito elevado de mortes na China e Itália levaram seus governos a adotarem medidas extremas de controle da propagação do vírus, com severas restrições à mobilidade das pessoas. Essas medidas, vistas como as únicas possibilidades preventivas do crescimento da epidemia, foram seguidas por vários países e são elas que causam impactos severos nas economias.

Ao contrário das crises econômicas clássicas, que se iniciam com a deterioração dos fundamentos que dão estabilidade às economias nacionais e se propagam com a perda de credibilidade, postergação de investimentos, redução do emprego etc., a crise atual se origina nas reduções drásticas de demanda por produtos e serviços e da produção de bens nas regiões afetadas pela epidemia. Por se tratar de uma pandemia, o impacto é global. A limitação de ir e vir reduz o consumo das famílias e empresas, o que é reforçado pela proibição de certas atividades econômicas exercidas em locais que concentram pessoas. Nesse contexto, há a combinação de um choque negativo de demanda com um choque negativo de oferta, potencializando os efeitos sobre as economias dos diversos países.

Crise no turismo

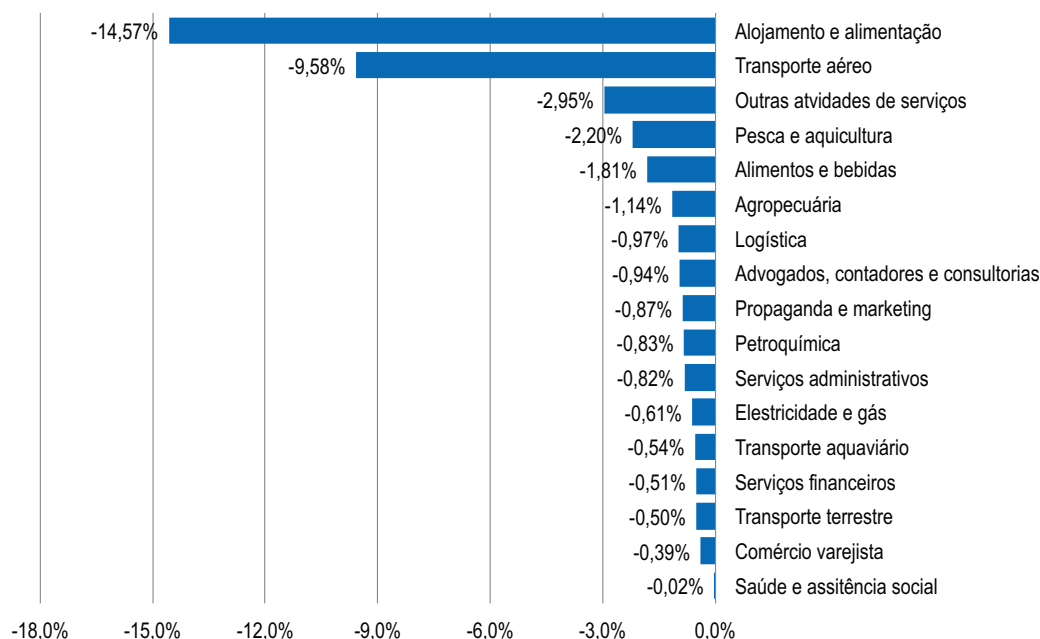
Um bom exemplo desse mecanismo é o efeito das restrições à mobilidade sobre o turismo. O fecha-

mento de fronteiras locais, regionais e nacionais bloqueia de forma imediata o trânsito de pessoas e provoca um choque expressivo sobre a demanda de serviços de turismo. As cidades turísticas ficam vazias antes mesmo de serem impostas limitações ao trânsito de passageiros, pois as limitações se iniciam pelo fechamento de atividades culturais, esportivas e de turismo de negócios (feiras, convenções e congressos).

A limitação do trânsito internacional de passageiros e o fechamento de museus, teatros, restaurantes e cafés têm impacto não apenas nas empresas e trabalhadores diretamente afetados pelas restrições, como o é o caso crítico das companhias aéreas, agentes de turismo, hotéis, etc., mas também nas atividades que fornecem insumos para a produção dessas empresas. Durante a paralisação do turismo, cai o consumo de combustível das aeronaves, cai a demanda por bens agrícolas para a produção de refeições, cai a procura dos hotéis por serviços de lavanderia e assim por diante. Quando a paralisação afeta o emprego e os salários na economia, o que pode se dar de maneira rápida em alguns segmentos como o de profissionais autônomos, há um terceiro efeito que é a redução de consumo local das famílias afetadas pela perda de renda (efeito induzido).

Gráfico 5.

Impacto da queda de demanda por serviços de turismo no PIB mundial, por setores selecionados, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

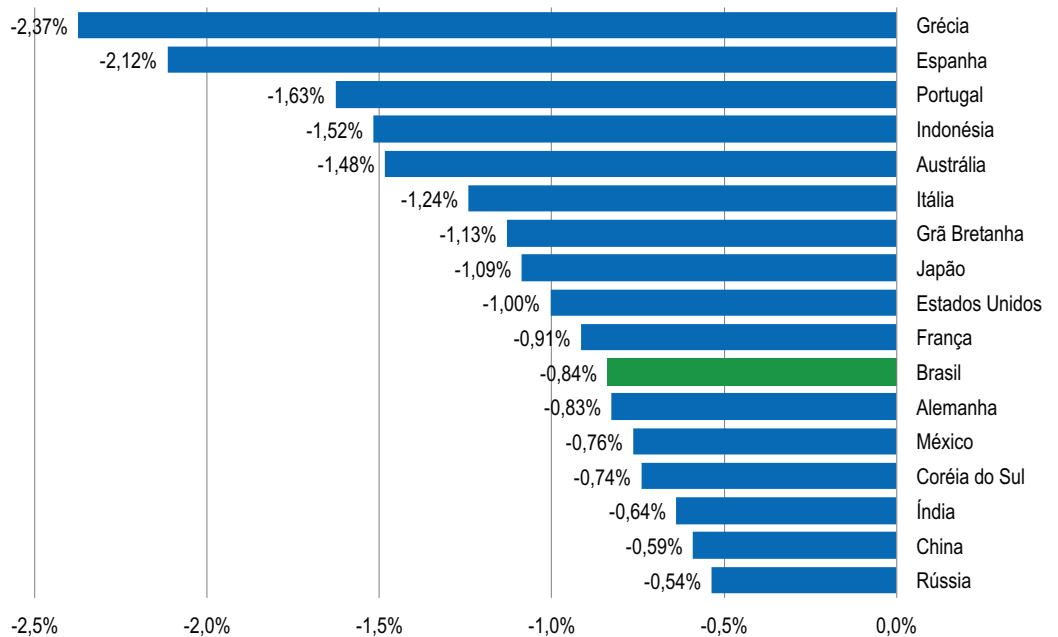
Estimativas feitas para este documento com base na matriz insumo-produto mundial (World Input-Output Database), uma base de dados que reúne informações sobre todas as transações econômicas no mundo, sejam elas domésticas ou internacionais, revelam o impacto imenso na economia global da paralisação do turismo provocada pelas restrições à mobilidade. Pressupondo que as restrições prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020 e que afetem a totalidade dos países, estima-se uma queda de PIB na economia mundial de US\$ 803,2 bilhões (valores a preços de 2018), o que representa 0,9% do PIB mundial. As perdas de emprego podem afetar 26,7 milhões de pessoas ocupadas em todo o mundo.

Os setores mais afetados são justamente o transporte aéreo e os serviços de alojamento e alimentação e as economias mais atingidas por esse choque são aquelas que têm peso maior do turismo na renda nacional. O Gráfico 5 traz as estimativas de perdas para alguns setores de atividade selecionados e o Gráfico 6 traz as estimativas dos efeitos em diferentes países.

Estima-se que a queda de PIB do setor de alojamento e alimentação no ano de 2020 possa chegar a 14,6% no mundo caso as restrições à mobilidade prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020. O setor de transportes aéreos deve perder algo em torno 10% de seu PIB. A distribuição por setores de atividade desses impactos mostra o efeito em cadeia: o setor industrial que produz alimentos e bebidas também deve sofrer redução de 1,8% do PIB e o segmento de outras atividades de serviços, onde estão as lavanderias, deve perder quase 3% da renda. As economias que mais devem sofrer com a queda do turismo são: Grécia (-2,4%), Espanha (-2,1%), Portugal (-1,6%), Indonésia (-1,5%), Austrália (-1,5%) e Itália (-1,2%).

Em termos de postos de trabalho, a crise no turismo internacional deve afetar um contingente elevado de pessoas. Se o ajuste do número de pessoas ocupadas fosse feito na mesma proporção da redução de produção, a crise de demanda do setor de turismo provocaria o fechamento de 37,8 milhões de postos de trabalho em todo mundo, o que equivaleria a 1,1% da força de trabalho mundial em 2019.

Gráfico 6.
Impacto da queda de demanda por serviços de turismo no PIB
de algumas economias selecionadas, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

Efeitos globais

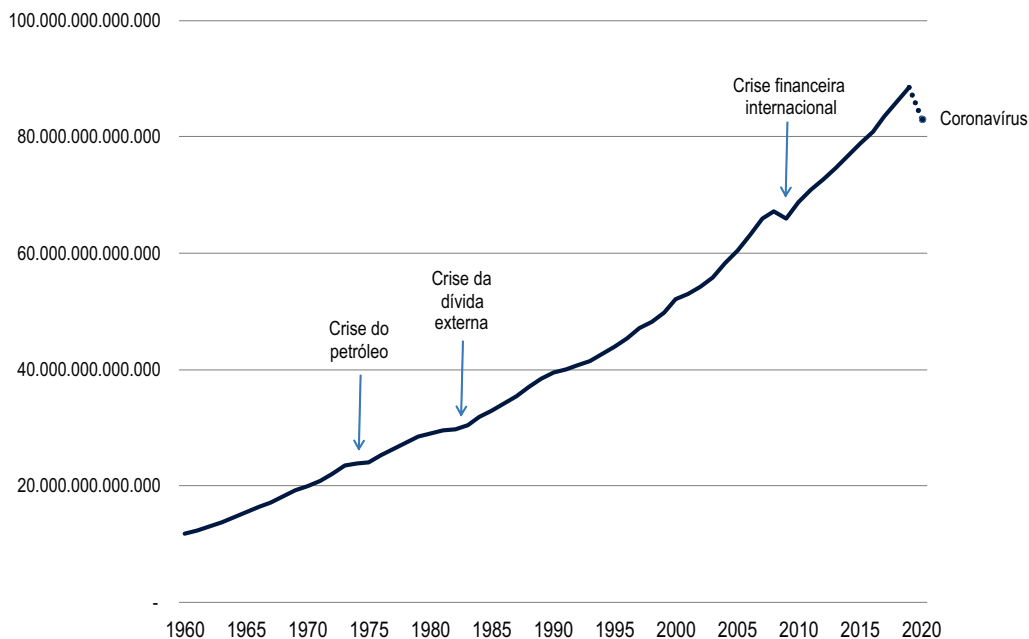
O fechamento de fronteiras locais, regionais e nacionais têm outros efeitos severos sobre a atividade econômica. As chamadas medidas de distanciamento das pessoas interferem no ritmo de aulas dos estudantes, na escala de trabalho dos empregados e nos hábitos de consumo. Bares, cafés e restaurantes ficam fechados, param as atividades de centros comerciais, escritórios são esvaziados e suas atividades continuam parcialmente de forma remota. Indústrias param de operar e o comércio de vários artigos fecha as portas. As famílias concentram suas compras em bens de primeira necessidade – alimentos, produtos de higiene e remédios – e postergam ou cancelam as outras despesas. Cai abruptamente a demanda por serviços pessoais – academias, cabelereiros etc. – e até uma parte da demanda por serviços de saúde pode ser postergada.

Trabalhando com a mesma premissa aplicada na análise do turismo, ou seja, que as restrições à

mobilidade prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020 e que afetem a totalidade dos países, estima-se uma queda de PIB na economia mundial de 6% este ano na comparação com 2019. Isso equivale a uma perda econômica de US\$ 5,312 trilhões (valores a preços de 2018). Na ausência de políticas compensatórias, esta seria a maior queda na economia mundial já registrada na história moderna, com efeito muito agudo sobre o desemprego e a pobreza. O Gráfico 7 traz a evolução do PIB mundial desde 1960 em US\$ a preços de 2018. Vê-se claramente que as projeções indicam uma crise muito superior em magnitude às observadas em 2009 na crise financeira internacional, na crise da dívida externa (início da década de 1980) ou na crise do petróleo (meados da década de 1970).

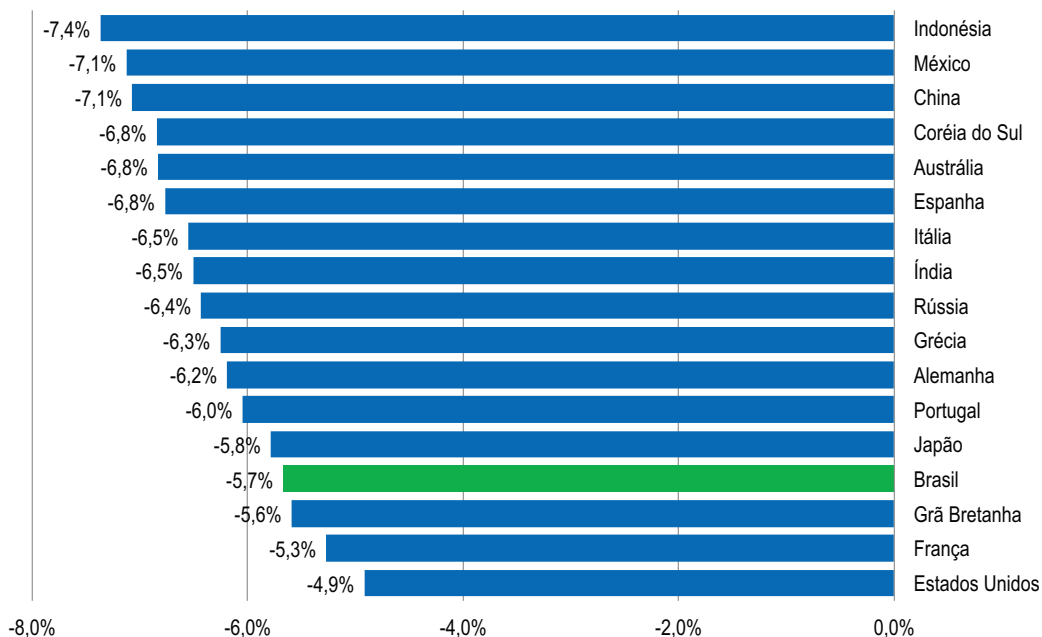
As perdas de emprego podem afetar 212,8 milhões de pessoas ocupadas em todo o mundo, ou seja, 6,1% da força de trabalho mundial. Esse montante gigantesco é um limite superior do número de pessoas afetadas que ocorreria apenas na

Gráfico 7.
Evolução do PIB mundial, em US\$ a preços constantes de 2019, 1960 a 2020*



Fonte: Banco Mundial. (*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

Gráfico 8.
Impacto da queda de demanda global por mercadorias e serviços em algumas economias selecionadas, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

situação em que o ajuste do número de pessoas ocupadas fosse feito na mesma proporção da redução de produção. O mais provável é um número menor de perdas de postos de trabalho que resultaria de ajustes com redução de produtividade, poupando contratos de trabalho. Essa saída, contudo, afetaria de forma mais intensa a rentabilidade das empresas, o que tem reflexos tardios sobre os investimentos e custos de produção.

As simulações que levam em consideração as perdas de demanda em todos os bens e serviços da economia mundial e seus efeitos sobre os setores de atividade econômica mostram impactos diversos entre países e atividades. O Gráfico 8 traz as estimativas de perdas para alguns países selecionados e o Gráfico 9 traz as estimativas dos efeitos em diferentes setores de atividade econômica do agregado da economia mundial.

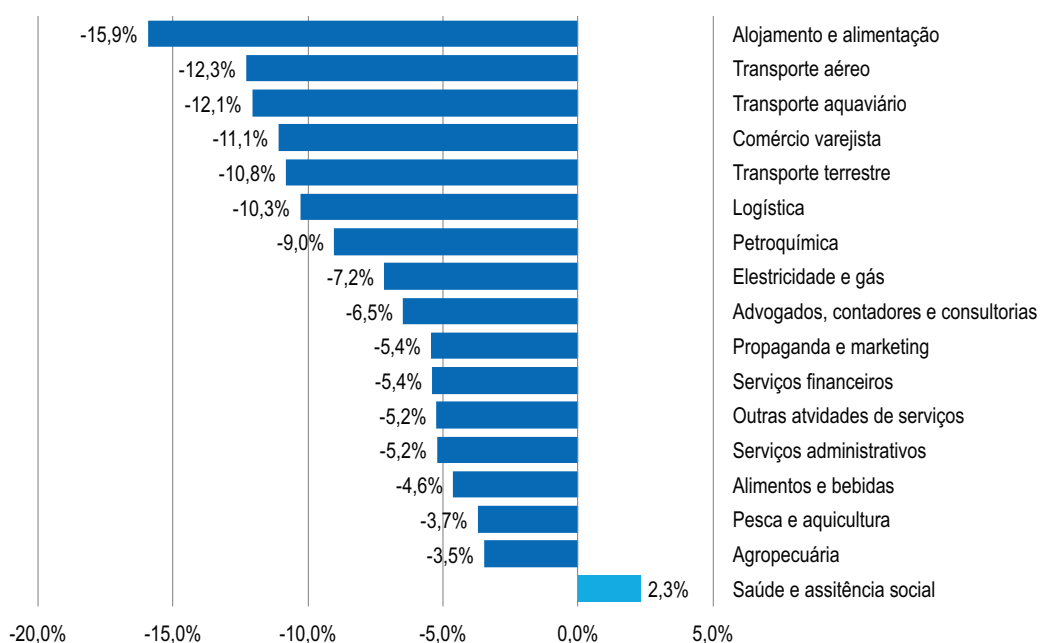
Os Estados Unidos, dada a grande diversificação de sua produção e o peso de setores que serão relativamente pouco afetados, sofreriam o menor impacto. Ainda assim, haveria uma recessão que

pode chegar a 4,9% em 2020. O Brasil seria um país com efeito intermediário com 5,7% de recessão. As piores crises seriam sentidas na Indonésia, México, China, Coréia do Sul, Austrália, Espanha e Itália, economias com elevada produção industrial ou peso alto do turismo na geração de renda e emprego.

Em termos setoriais, pelos efeitos já mencionados no turismo e pela demanda encadeada da produção industrial, os serviços de transportes, de alojamento e alimentação e o comércio são as atividades que mais sofrerão com perdas de renda. Agropecuária e pesca devem ter perdas relativamente pequenas e o setor de saúde, por razões óbvias, deverá ter expansão de suas atividades.

Em termos de postos de trabalho, a crise mundial ocasionada pelo coronavírus deve afetar um contingente jamais observado de trabalhadores. Considerando novamente um ajuste do número de postos de trabalho na proporção da redução de produção, a crise de demanda global provocaria o desemprego de 212,8 milhões de pessoas ocupa-

Gráfico 9.
Impacto da queda de demanda global por mercadorias e serviços no PIB por setores de atividade econômica, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

das em todo mundo, o que equivaleria a 6,1% da força de trabalho mundial em 2019. Obviamente essa é uma situação extrema, pois boa parte desse ajuste se dará na redução da produtividade da mão de obra e na remuneração dos trabalhadores. De qualquer forma, serão elevadíssimos os contingentes de pessoas com restrições de renda no curto prazo e da população que cruzará a linha de pobreza.

Políticas compensatórias

Para enfrentar a crise econômica decorrente do coronavírus, vários governos já anunciaram políticas compensatórias. O poder executivo dos Estados Unidos anunciou que vai disponibilizar nos próximos meses recursos da ordem de US\$ 700 bilhões para aumentar o crédito, salvar empresas em situação crítica, pagar salários em risco e compensar a perda de renda da população mais vulnerável.

Na Europa, Alemanha, França, Itália e Espanha, quatro países fortemente afetados pela epidemia e pela crise econômica subsequente também anunciaram planos emergenciais e de recuperação. Na Alemanha, a intenção é usar US\$ 331 bilhões de recursos fiscais para a recuperação econômica. A Espanha é segundo maior em termos de intenção de aumento das despesas fiscais, com elevação de US\$ 186 bilhões. Na França, já foi anunciado um acréscimo de despesas compensatórias de US\$ 46,5 bilhões e na Itália, de US\$ 26 bilhões. O governo da União Europeia deve estender essas medidas para os demais países.

China, Coreia do Sul e Japão ainda não anunciaram em detalhe seus planos, mas espera-se aumentos de despesas públicas em magnitude semelhante ao tamanho desses três países na economia mundial.

O governo brasileiro pensa em disponibilizar recursos no montante de US\$ 29 bilhões. Contudo, nem todas as despesas são fiscais, visto que se pretende usar novamente os recursos acumulados no FGTS, que fazem parte da poupança nacional, para fomentar a atividade econômica. Além disso, o BNDES anunciou que irá expandir o crédito de curto prazo para capital de giro das empresas em R\$ 55 bilhões. O emprego dos recursos do FGTS e do BNDES, embora seja funcional no curto prazo, tem efeito negativo na taxa de investimento da economia, podendo comprometer o crescimento a médio prazo.

Somados, esses recursos compensatórios devem alcançar algo em torno de US\$ 2 trilhões, o que equivale a 2,3% do PIB mundial. Mesmo na situação de dispêndio integral dos recursos em 2020, ainda haveria uma redução de 3,9% na demanda agregada mundial e uma retração do PIB Mundial de 3,7% em razão da crise do coronavírus. Esse montante elevado tem sugerido a várias lideranças mundiais que o Mundo após o coronavírus irá requerer, na realidade, de um plano de recuperação global.

4

EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Os efeitos da crise na economia brasileira devem ser severos, com reflexos na produção, no emprego e na geração de tributos. Para detalhar esses efeitos do ponto de vista setorial, foram feitas estimativas adicionais com base nas Contas Nacionais do Brasil de 2017, que é a última atualização disponível. Os dados monetários estão a preços de 2017 e a fonte das informações é o IBGE.

Impactos setoriais

A Tabela 3 traz as estimativas de impacto setorial no PIB e na ocupação para os setores da economia brasileira. Caso não sejam adotadas medidas compensatórias adequadas, a agropecuária poderá ter uma redução de PIB de 3,9%. Essa queda virá da redução das exportações de matérias primas agrícolas e da queda de demanda por combustíveis. Se o ajuste do emprego for proporcional ao da produção, a perda de postos de trabalho pode chegar a 510 mil pessoas.

As perdas na indústria extrativa mineral devem ser maiores. Neste caso, além das quedas de produ-

ção física, esperam-se reduções de preços, como o do petróleo e o do minério de ferro, o que afeta o valor adicionado pelas empresas duplamente. A queda do PIB pode chegar a 8,8% e a perda de empregos pode somar 20,5 mil postos de trabalho.

A indústria de transformação deve responder por 20,8% da queda potencial de PIB da economia brasileira, com perdas estimadas de R\$ 66,7 bilhões. Em termos percentuais, essa retração representou 9,5% do PIB industrial de 2017. As perdas de emprego podem alcançar mais de 1 milhão de trabalhadores.

O PIB da construção civil brasileira pode cair 8,3% com a paralisação das obras por um período de 60 a 90 dias. O ajuste sobre a mão de obra para acomodar essa redução e atividades deve alcançar 637 mil postos de trabalho. Vale lembrar que esse setor é o que sofreu as maiores perdas de renda e emprego desde a crise de 2015.

O comércio deve ser um dos setores com maior contração de renda, com redução de remunerações

de seus trabalhadores e das margens de comercialização. Espera-se uma queda de 10,7% no PIB comercial do país com potencial de fechamento de 2 milhões de postos de trabalho. Boa parte dessas ocupações é de trabalhadores autônomos do comércio, grupo que inclui duas categorias profissionais muito numerosas: a de representantes comerciais e a de ambulantes.

O setor de serviços deve ser o menos prejudicado na crise, muito embora alguns segmentos devam sofrer grandes perdas. Em conjunto, os serviços

devem perder 3,4% de seu PIB e quase 2,3 milhões de postos de trabalho podem ser afetados caso o ajuste do emprego siga a queda da produção.

Os segmentos com maiores perdas devem ser o setor de transportes, com queda de renda de 10,6%, de alojamento e alimentação, cuja queda do PIB pode alcançar 16,9%, e o de serviços profissionais – formado por escritórios de advocacia, contadores, arquitetos e engenheiros – cujas perdas devem alcançar 6,3% da renda. As ocupações que podem ser encerradas nesses três segmen-

Tabela 3.
Impactos sobre a renda e o emprego na economia brasileira, por setor de atividade econômica

	PIB (R\$ milhões)			Ocupação (pessoas)		
	Base 2017	Impacto	(%)	Base 2017	Impacto	(%)
Agropecuária, extrativa vegetal e pesca	302.971	-11.791	-3,9%	13.077.397	-510.118	-3,9%
Extrativa mineral	90.577	-7.951	-8,8%	233.295	-20.480	-8,8%
Indústria de transformação	705.533	-66.747	-9,5%	10.739.251	-1.013.953	-9,4%
Alimentos e bebidas	145.887	-6.278	-4,3%	2.360.868	-101.596	-4,3%
Química	87.418	-8.363	-9,6%	425.334	-40.689	-9,6%
Produtos de borracha e plástico	29.234	-2.846	-9,7%	420.120	-40.901	-9,7%
Minerais não metálicos	22.664	-1.865	-8,2%	589.354	-48.492	-8,2%
Metais e produtos de metais	63.767	-6.521	-10,2%	876.572	-89.677	-10,2%
Máquinas e equipamentos	70.994	-8.340	-11,7%	689.366	-80.979	-11,7%
Equipamentos de transportes	56.781	-7.776	-13,7%	541.665	-74.944	-13,8%
Serviços de utilidade pública	156.110	-9.701	-6,2%	690.272	-40.338	-5,8%
Energia e gás	110.371	-7.283	-6,6%	156.189	-10.306	-6,6%
Água e esgoto	45.739	-2.562	-5,6%	534.083	-29.921	-5,6%
Construção	244.711	-20.277	-8,3%	7.692.147	-637.370	-8,3%
Comércio	745.797	-79.444	-10,7%	18.858.801	-2.016.123	-10,7%
Serviços	3.424.067	-117.376	-3,4%	50.325.854	-2.267.665	-4,5%
Transportes	245.531	-25.911	-10,6%	4.921.234	-527.980	-10,7%
Alojamento e alimentação	137.527	-23.206	-16,9%	5.675.571	-957.667	-16,9%
Telecomunicações, TI e comunicações	194.374	-1.034	-0,5%	1.295.255	-17.019	-1,3%
Tecnologia da informação	99.247	-56	-0,1%	749.559	-423	-0,1%
Serviços financeiros, previdência e seguros	429.463	-17.104	-4,0%	1.195.944	-47.630	-4,0%
Imobiliário	558.042	-19.081	-3,4%	438.257	-14.985	-3,4%
Serviços prestados às empresas	443.014	-24.206	-5,5%	8.135.441	-425.444	-5,2%
Serviços profissionais	215.389	-13.478	-6,3%	2.985.404	-186.691	-6,3%
Outros serviços prestados às empresas	227.625	-11.125	-4,9%	5.150.037	-248.057	-4,8%
Serviços prestados às famílias	828.516	-10.016	-1,2%	23.844.647	-439.013	-1,8%
Educação	377.322	-10.307	-2,7%	6.681.823	-182.525	-2,7%
Saúde e assistência social	280.489	6.918	2,5%	5.339.297	131.698	2,5%
Atividades domésticas	71.458	-893	-1,3%	6.483.638	-81.045	-1,3%
Outros serviços	99.247	-4.858	-4,9%	5.339.889	-261.362	-4,9%
Administração pública	587.600	5.282	0,9%	4.819.505	43.322	0,9%
Total da economia	5.669.766	-321.485	-5,7%	101.617.017	-6.506.048	-6,4%

Fonte: IBGE. Estimativa: Ex Ante Consultoria Econômica.

tos dos serviços somavam 1,7 milhão de postos de trabalho na base de 2017.

Os setores de tecnologia da informação, de saúde pública e privada e os serviços públicos, ao contrário, devem ter manutenção ou aumento de renda e de postos de trabalho. Por serem serviços estratégicos nesse momento de crise, os profissionais dessa área serão, em média, demandados de forma mais intensa com aumento de carga de trabalho e de renda. No setor de saúde e assistência social espera-se um aumento de demanda de mão de obra de 2,5%.

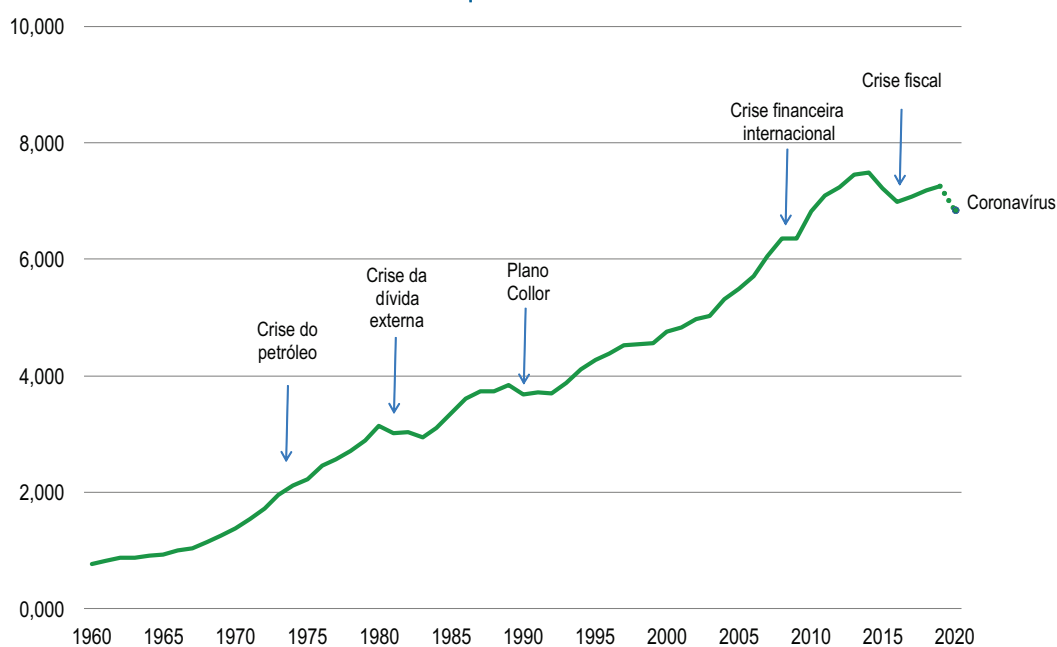
Os Gráficos 10 e 11 trazem as trajetórias de crescimento do PIB brasileiro de 1960 até 2020 (valor projetado) e do PIB per capita. A atual crise, como apontado por essa perspectiva de queda da renda no país, provocaria uma redução de renda de R\$ 321 bilhões. A disponibilização e recursos compensatórios do governo federal anunciada em março, apesar de apoiarem o país no momento mais forte da crise, não são suficientes para reverter o quadro recessivo, pois eles representam apenas 1/3 da perda de PIB esperada para o país.

Isso significa que, sem a ampliação das políticas compensatórias, a recessão deve ser de 3,6% com retração da renda per capita de 4,4%. Em termos históricos, a atual crise seria superada apenas pelas recessões de 1981 e 1983 (crise da Dívida Externa) e 1990 (Plano Collor). Contudo, a possibilidade de suspensão dos contratos de trabalho sem remuneração estabelecida em Mediada Provisória em 23 de março pode acentuar a crise. Nesse caso, o ajuste sobre o consumo seria elevadíssimo, amplificando a crise para um patamar sem precedentes.

Arrecadação de impostos

Considerando a estrutura da distribuição da carga tributária total da economia brasileira entre os setores de atividade, é possível estimar o efeito sobre a arrecadação de impostos da crise na geração de renda e empregos. Nessa estrutura já estão considerados os impostos recolhidos pelas empresas e pelas famílias na produção e consumo de todas as mercadorias e serviços. Também fazem parte os impostos sobre renda e propriedade pagos pelas pessoas físicas ou jurídicas.

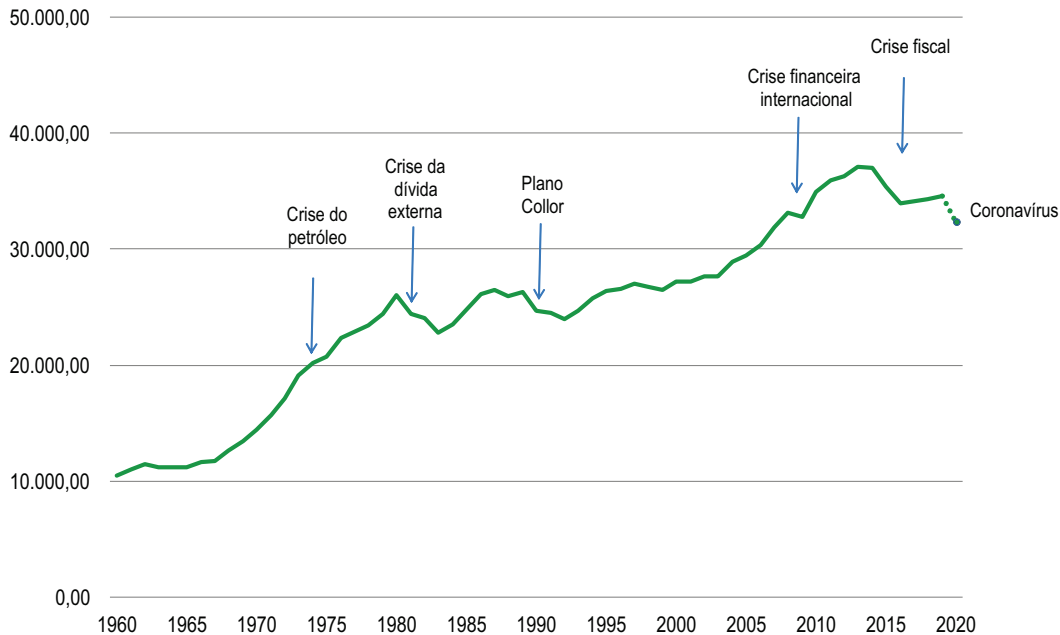
Gráfico 10.
Evolução do PIB brasileiro, em R\$ milhões a preços constantes de 2019, 1960 a 2020*



Fonte: IBGE. (*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

Gráfico 11.

Evolução do PIB per capita brasileiro, em R\$ a preços constantes de 2019, 1960 a 2020*



Fonte: IBGE. (*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

Em 2017, a arrecadação total de impostos e contribuições somou R\$ 2,196 trilhões, o que equivaleria a 38,7% do PIB a custo de fatores ou 32,8% do PIB a preços de mercado. Tomando por base essa arrecadação e sua distribuição setorial, estima-se que a crise deve provocar uma redução de R\$ 124,5 bilhões na arrecadação do governo federal, estados e municípios. Essa queda é composta por uma redução de R\$ 57,1 bilhões nos impostos ligados à produção e consumo de mercadorias e serviços, em que pesam o ICMS e as contribuições ao PIS e COFINS, e uma retração de R\$ 67,4 bilhões de impostos sobre a renda e a propriedade, onde pesam o imposto de renda e as contribuições à seguridade social. A Tabela 4 detalha esse impacto fiscal por tipo de imposto.

Vale observar que, ao se aplicar os preços e as estimativas de PIB de 2019, o total da queda de arrecadação deve ficar em torno de R\$ 135 bilhões este ano. Em termos da União, a arrecadação deverá cair na proporção da arrecadação federal sobre o total de impostos. Segundo os dados das Contas Nacionais de 2017, do IBGE, a arrecadação federal respondeu por 65,9% de todos os impostos e contribuições pagos no país nesse ano. Assim, estima-se que a perda de arrecadação do governo federal pode alcançar R\$ 89,3 bilhões este ano, comprometendo de forma decisiva a meta fiscal. Os governos estaduais devem perder R\$ 36,4 bilhões e os municípios R\$ 9,9 bilhões de impostos e contribuições.

Tabela 4.

Impacto fiscal da retração do PIB causada pela epidemia do Covid-19, em R\$ bilhões

	Impostos ligados a produção e a importação (A)	Impostos sobre Renda e Propriedade (B)	Total (A+B)	(%)
Agropecuária, extrativa vegetal e pesca	-685	-857	-1.542	-3,9%
Extrativa mineral	-534	-1.599	-2.133	-8,8%
Indústria de transformação	-54.273	-16.586	-70.859	-9,5%
Alimentos e bebidas	-5.259	-1.384	-6.643	-4,3%
Química	-7.032	-2.099	-9.131	-9,6%
Produtos de borracha e plástico	-1.372	-803	-2.175	-9,7%
Minerais não metálicos	-996	-597	-1.593	-8,2%
Metais e produtos de metais	-2.309	-1.773	-4.082	-10,2%
Máquinas e equipamentos	-7.666	-2.695	-10.361	-11,7%
Equipamentos de transportes	-6.388	-2.795	-9.184	-13,7%
Serviços de utilidade pública	-3.925	-1.782	-5.707	-6,2%
Energia e gás	-3.862	-1.243	-5.105	-6,6%
Água e esgoto	-259	-551	-811	-5,6%
Construção	-2.564	-3.279	-5.842	-8,3%
Comércio	-1.641	-15.720	-17.361	-10,7%
Serviços	-10.298	-25.963	-36.261	-3,4%
Transportes	-4.465	-8.918	-13.382	-10,6%
Alojamento e alimentação	-5.732	-2.837	-8.569	-16,9%
Telecomunicações, TI e comunicações	-318	-242	-560	-0,5%
Tecnologia da informação	-5	-13	-18	-0,1%
Serviços financeiros, previdência e seguros	-3.401	-7.349	-10.750	-4,0%
Imobiliário	-55	-1.391	-1.446	-3,4%
Serviços prestados às empresas	-2.861	-5.065	-7.926	-5,5%
Serviços profissionais	-1.535	-2.481	-4.016	-6,3%
Outros serviços prestados às empresas	-1.360	-2.593	-3.953	-4,9%
Serviços prestados às famílias	-300	-2.000	-2.299	-1,2%
Educação	-135	-2.455	-2.590	-2,7%
Saúde e assistência social	242	1.222	1.464	2,5%
Atividades domésticas	0	-101	-101	-1,3%
Outros serviços	-491	-875	-1.365	-4,9%
Administração pública	2	1.144	1.145	0,9%
Total da economia	-57.116	-67.405	-124.521	-5,7%

Fonte: IBGE. Estimativa: Ex Ante Consultoria Econômica.



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DE
SERVIÇOS

Contato: secretaria@cnservicos.org.br

Elaboração:

